

ATLETA DE TATUÍ É CAMPEÃ BRASILEIRA DE JIU-JITSU



A atleta Érica Machado sagrou-se campeã brasileira de jiu-jitsu no último fim de semana, durante a disputa do campeonato organizado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Esportivo (CBJE), em São Paulo. Ela conquistou o título na categoria feminina meio pesado adulto e garantiu vaga para o campeonato mundial da modalidade, em julho. Na foto, Érica aparece ao lado do técnico João Arnon. Veja matéria completa e outras notícias esportivas na **página 7**.



OBÉKO
Perfumes e Cosméticos Importados

RUA CEL. AURELINO DE CAMARGO, 455 - (15) 3251-9696

RETÍFICA SANTA HELENA
Motores LEVES e PESADOS
com CERTIFICADO DE GARANTIA
(15) 3251.1801 – 3305.4066
www.retificasantahelena.com.br
Rod. Mário Batista Mori, 271 - VI, Angélica – Tatuí

Na PAVANELLI
Pisos das Marcas **Pavanelli**
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
acro cerâmica **SMALTCOLOR** **Cepar**
Por Preços Imbatíveis **CONSULTE-NOS!**
Avenida Salles Gomes, 195 - Tatuí **3251-1365**

FAESB FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR
SANTA BÁRBARA
O CONHECIMENTO EM SUAS MÃOS.
VESTIBULAR DE INVERNO
NOVO CURSO
DIREITO
INSCRIÇÕES ABERTAS
Provas
28 de junho
14h
MAIS INFORMAÇÕES
(15) 3259-3838 / 3259-2789
 contato@faesb.edu.br
www.faesb.edu.br

VEREADOR QUESTIONA DESTINAÇÃO DE DINHEIRO DE IMPOSTO

Na terça-feira (19), na sessão da Câmara Municipal, o parlamentar Wladimir Faustino Saporito (PROS) apresentou requerimento, endereçado ao prefeito municipal, onde pede a este que envie ao Legislativo a planilha detalhada da destinação do montante de R\$ 41.161.738,60, proveniente da arrecadação do imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) dos anos de 2013, 2014 e até maio deste ano.

O vereador explica que o IPVA é um imposto cobrado e recolhido pelo Estado e o pagamento cai diretamente na conta do governo, que tem a função de dividi-lo. Segundo o artigo 158, inciso III da Constituição, o Estado deve repassar 50% da arrecadação do imposto às prefeituras dos municípios onde os veículos são registrados.

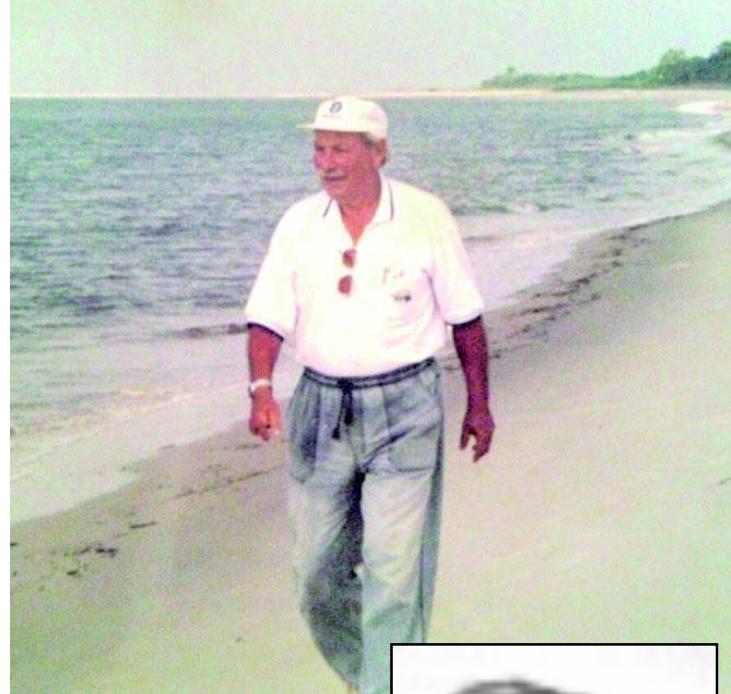
Cita também o vereador,



Saporito pede informações sobre montante arrecadado com IPVA.

em sua justificativa, que a arrecadação do IPVA é incorporada à receita do município e não necessariamente voltada para manutenção e recuperação das vias urbanas. Dessa forma, Saporito pede ao chefe do Poder Executivo "que nos envie em qual área este valor foi aplicado, especificando os gastos em cada uma".

FALECE O COLUNISTA JOSÉ RIGOLÃO



No domingo (17), faleceu aos 89 anos, no Hospital da Unimed, em Piracicaba, José Rigolão. O extinto encontrava-se internado desde o final de março, com graves problemas de saúde, e deixa mulher, filhos e netos. Seu corpo foi velado em Tatuí até às 12 horas da segunda-feira (18) e levado a São Paulo, onde foi sepultado no mesmo dia, no Cemitério do Araçá.

Rigolão, como era conhecido, foi diretor da empresa Igarapé, em Tatuí, e assíduo colaborador do Jornal Integração, onde mantinha coluna fixa semanal. Escreveu, ao longo dos anos, centenas de crônicas, onde falava sobre política, saúde, educação e tantos outros temas de interesse geral no Brasil. Divertia os leitores com bem humoradas histórias, qua-

se sempre ocorridas em um bar, onde os amigos se encontravam nas noites de sexta-feira, para bebericar, bater papo e falar sobre os assuntos mais importantes da semana no País.

Também escrevia muitas crônicas sobre viagens e férias no litoral sul paulista, onde se "refugiava" nos momentos de folga, para uma boa pescaria com os amigos. Na foto, José Rigolão aparece caminhando na praia da Ilha do Cardoso, um de seus locais preferidos de descanso, ao sabor das ondas e da brisa do mar, que tanto gostava.

PROMOTORES PODEM INVESTIGAR, DECIDE STF



O ministro Celso de Mello, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 593727, com repercussão geral, proferiu, na sessão plenária de 27/06/2012, voto no qual reconhece a plena legitimidade constitucional do poder de investigação do Ministério Público (MP). Esse julgamento foi concluído pelo Plenário no último dia 14, havendo prevalecido esse entendimento por 7 votos a 4. Em consequência desse resultado, o ministro Celso de Mello formulou proposta, acolhida pelo Tribunal, que se

transformou na seguinte tese: "O Ministério Públíco dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indicado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei nº 8.906/94, art. 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante nº 14), praticados pelos membros dessa Instituição". Veja matéria completa na **página 2**.

QUADRO COMPLETO NO STF

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira (19) o nome de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF). Foram 52 votos a favor e 27 contrários. Fachin foi indicado pela presidente da República, Dilma Rousseff, para ocupar a vaga de Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho de 2014. A apreciação do nome de Fachin era cercada por expectativa, já que muitos senadores da oposição se mostravam contrários à indicação. Líderes partidários chegaram a pedir a inversão de pauta, para que a votação da indicação de Fachin ocupasse o primeiro lugar da ordem do dia. O presidente Renan Calheiros, porém, se negou a fazer a alteração, dizendo que a apreciação do nome de Fachin deveria ser feita "sem pressa e sem ansiedade".

PLANOS ECONÔMICOS PODEM SER VOTADOS

Com a posse do novo ministro Luiz Edson Fachin completando o quadro do Supremo Tribunal Federal, uma disputa entre bancos e poupanças decorrente dos planos econômicos adotados nos anos 80 e 90, um dos julgamentos mais importantes na pauta do STF deve finalmente ter um desfecho. A ação não entrava na pauta da Suprema Corte pela falta de membros aptos a analisar o tema. Os ministros Luiz Fux, Luis Roberto Barroso e Cármen Lúcia se declararam impedidos de participar e havia apenas sete integrantes para decidir sobre o caso. Como é obrigatória a presença de oito ministros no Plenário para decidir qualquer caso envolvendo Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), com a posse do novo ministro esta contenda entre poupanças e bancos poderá ser julgada e chegar a um final.